

28 NOV 1999

CORREIO BRAZILICENSE

# Transferir a capital

J. Brasília

**A** construção de Brasília e a conseqüente transferência da capital para o Planalto são feitos raros se analisados sob qualquer ótica. O Brasil, que vivia no litoral, descobriu seu enorme interior depois da década de sessenta. A abertura da estrada para Belém permitiu que novas áreas fossem integradas à economia brasileira. Grandes glebas destinadas à agricultura vicejaram. Cidades apareceram e passou a haver riqueza onde antes só havia o silêncio.

O centro-oeste e depois o noroeste foram incorporados ao Brasil produtivo. Goiânia, antes da construção de Brasília, era uma cidade remota e distante. Hoje está integrada ao dinâmico interior de São Paulo. Mato-Grosso e Mato-Grosso do Sul se situavam em outra galáxia. Acre e Rondônia existiam numa espécie de país virtual. Apenas nos mapas. No espaço de quarenta anos, os brasileiros foram capazes de agregar imenso território ao próprio país. É um esforço admirável e extremamente bem-sucedido.

Muito já se falou sobre a decisão de construir Brasília e transferir a capital. Trata-se de aula magna de política. É de exercício da vontade do governante. Havida a decisão, todas as conseqüências se subordinaram ao objetivo maior. Assim foi. No dia 21 de abril de 1960, conforme prometido, o presidente Juscelino Kubitschek inaugurou a nova capital do Brasil.

Fez mais. Pôs em evidência a equipe de jovens arquitetos, urbanistas, paisagistas e engenheiros criativos, ousados e trabalhadores. Eles inauguraram nova fase no ur-

banismo brasileiro e na arquitetura ocidental. A recém-inaugurada capital dos brasileiros passou a ser referência do modernismo. É assim até hoje. Festejada nos melhores salões do mundo. Estudada nas mais exigentes universidades do planeta. Os governantes de hoje estão lidando com a herança do que os brasileiros fizeram de melhor nas últimas décadas.

É inexplicável a decisão de desconstruir Brasília. A transferência jamais foi concluída. Não existem razões para que o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) ou a Petrobras, por exemplo, permaneçam no Rio de Janeiro. Mas os piores indícios da decisão dissimulada do governo de enfraquecer Brasília é o anúncio de que a futura agência reguladora do setor de planos de saúde, a ser criada nos próximos dias pelo ministro José Serra, vá ter sede precisamente no Rio de Janeiro. E o Banco Central, que já tem uma diretoria à beira-mar plantada, pretende criar escritórios em Fortaleza e Salvador.

Se o governo, de fato, caminhar nessa direção, estará desfazendo o trabalho dos brasileiros que, pioneiros, construíram um novo país no interior. E ficará na contramão da história, desmontando a herança de Kubitschek. Brasília é obra única. Definitiva. Não permite novas interpretações, muito menos as originárias de conveniências políticas. É coisa séria. É patrimônio dos brasileiros e da humanidade. Não merece, nem a cidade, nem os cidadãos deste país, que obra desse porte, multifacetada, com repercussões em todos os segmentos do Brasil, seja retalhada, maltratada e desfeita por capricho eleitoral.